

**CORREIO E VILA OPERÁRIA DA PEDRA:
O PATRONATO E A IDEOLOGIA DO TRABALHO
COM UMA EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA**

Eduardo Bezerra Cavalcanti*

Este ensaio parte da discussão sobre as possibilidades, o interesse, vantagens e limites de uma pesquisa que pretende estudar a formação de uma comunidade operária por meio da leitura do jornal que, num período delimitado do passado, acompanhou de perto a consolidação da organização, atividades e expansão da mesma comunidade desde poucos anos após a sua implantação na segunda década do século XX. Apesar de o material pesquisado tender a representar um registro oficial da vida local, a leitura que se procura realizar tem como objetivo priorizar o resgate dos elementos que servem a ilustrar e caracterizar a lógica interna de um caso particular de fábrica com vila operária, tal ocorrido de forma então inédita no sertão do Nordeste brasileiro. Não se pôde afastar — ainda que em breve apanhado bibliográfico — a consideração do enfoque dado pelas ciências sociais na definição de certo modelo geral de imobilização, dominação e reprodução da força de trabalho, não apenas através da concessão de moradia, mas também pelo funcionamento de um “sistema de governo e poder local autônomo”, bem como pela influência ou mesmo atuação direta da administração da fábrica, não raro a protagonizar uma série de iniciativas de repercussão privada e coletiva, portanto extrapolando o âmbito do trabalho fabril. Nessa perspectiva, verifica-se e é sintomático como a veiculação, pelo jornal, de atitudes específicas e, como tal, ideológicas, vai permear a reconstituição do espaço urbano conforme descrito e desdobrado nas múltiplas variações da visão dos

* Pesquisador do Departamento de Antropologia da Fundação Joaquim Nabuco.

testemunhos de época e daqueles que, posteriormente, vieram a comentar a chamada vila da Pedra. Todos eles, de maneira às vezes subliminar e vaga, às vezes enfática, contudo não deixam de chamar a atenção tanto para aspectos da população, sua procedência, seus traços culturais, quanto para sua adaptação à nova realidade de trabalho e ao novo modo de vida em geral. A preocupação em compreender as particularidades do episódio em questão não poderia, entretanto, invalidar nem possíveis explicações de cunho mais propriamente sociológico, nem o caminho de uma contextualização histórica das mudanças sociais advindas com o processo de industrialização. Isto não quer dizer que o trabalho ora proposto, concentrado como se mostra no estudo de uma fonte documental, tenha a pretensão de reformular o conhecimento de uma experiência comunitária bastante localizada no tempo e espaço, já que a intenção fundamental é a de ampliar esse conhecimento com todos os dados afinal transcritos de acordo com critério seletivo, que permita estruturar um conjunto pertinente de informações. Em resposta à meta proposta, e como exposição dos primeiros resultados de uma pesquisa em andamento, tem-se desde já o esboço de uma espécie de antologia temática, no momento restrita a apenas alguns dos vários temas, ora mais, ora menos recorrentes nas matérias do jornal.

1. Discussão do tema de uma pesquisa possível

O *Correio da Pedra* — jornal semanário que circulou e foi impresso e editado na vila operária da Pedra, em Alagoas, de 1918 a 1930 — pertence ao conjunto de iniciativas de cunho social, tomadas pela administração da fábrica de linhas e fios em torno da qual essa comunidade de famílias de trabalhadores veio a se formar, desde o início dos anos de 1910, como parte integrante do mesmo projeto fabril. Situado numa região sertaneja de caatinga, a poucos quilômetros da Cachoeira de Paulo Afonso no Rio São Francisco, o complexo da Pedra se beneficiou da pioneira hidrelétrica junto às quedas da cachoeira, uma usina fundada pela companhia acionista da fábrica. Uma antiga estação ferroviária e algumas novas estradas de rodagem propiciavam o movimento comercial nessa área, onde as fronteiras de Alagoas, Pernambuco, Sergipe e Bahia se aproximam. Em seu modelar ensaio *Delmiro Gouveia, o pioneiro de Paulo Afonso*, Tadeu Rocha ressalta a “aspereza de solo e clima” da região pontilhada de “pequenos rebanhos bovinos” e “chiqueiros de bodes e carneiros”, e onde a subsistência apresenta-se precária

em meio à “pobre mas extensa cultura algodoeira” (Rocha, 1970, p. 124). Na literatura surgida a partir dessa obra, recorre-se com frequência às representações mais usuais acerca do *homem* que vive num meio assim “hostil por natureza”: “... gente disposta, com pouco amor à vida — caatingueiros analfabetos, cabras e homens bravos, violentos, resolutos, ‘gente de sangue nos olhos’, todos com a tradição secular da violência e da valentia, de revide a bala e a faca, vivendo a lei da selva (...)” (Lima Júnior, 1963, p. 181).

No entanto, a atualização de tais representações pelos cronistas e historiadores ocorre sobretudo quando procuram justificar o uso da autoridade na relação do patrão com os operários, relação esta, por sua vez, baseada na responsabilidade, tanto do projeto fabril, quanto do patronato propriamente dito, pela construção da vila e pela organização da comunidade nela a habitar. Disto se deduz que as implicações ideológicas do periódico a ser pesquisado estão, diga-se de passagem, diretamente ligadas à função política e social de um jornal que tem à frente o próprio gerente da fábrica, fazendo-o servir como veículo de propagação de normas, ideais, atividades e instituições envolvidas num dado modo de viver, que o modelo geral de fábricas com vila operária propõe ao se articular num espaço e tempo concretos. Fatores como a aspereza geográfica, associada ao atrasado ambiente social do sertão nordestino e ao lendário aspecto mágico e irracional do homem sertanejo contribuem para a mistificação não só de seu criador, mas do empreendimento como um todo, a inaugurar — em contraste com o pano de fundo regional — “um novo gênero de vida urbano, baseado na eletricidade e na grande indústria”, e na “vigorosa adoção de uma forma de proteção ao operário”, até então inédita ali, diante das heranças da prática escravocrata (Rocha, 1970, p. 163). Considerando as peculiaridades do empreendimento em si mesmo, bem como do contexto em que ele se insere, o evidente comprometimento ideológico do jornal não invalida o seu interesse enquanto fonte documental, e sim, ao contrário, deve corresponder a um dos enfoques importantes na abordagem da pesquisa a fim de esclarecer os mecanismos de uma outra forma específica de dominação, que está na base da iniciativa empresarial ao promover um tipo igualmente próprio de organização comunitária, capaz de garantir uma estrutura estável de trabalho. A esta finalidade se associam, sobretudo no plano econômico, a incipiente mas ordenada formação urbana sob o controle e, neste sentido, engajada aos objetivos do empreendimento empresarial. É

a integração desta comunidade, formada circunstancialmente e a que o *Correio da Pedra* basicamente se dirige e se refere, que a ideologia explicitada tem a meta de atingir. Em resumo, a vila operária, isto é, o tecido urbano representa uma expansão do mesmo projeto de implantação da produção, projeto que extrapola, contrariamente à evolução capitalista, o âmbito da produção e das relações de trabalho.

Por sua vez, o freqüente emprego da palavra "trabalho", tal se encontra no discurso da *Luta pela industrialização no Brasil*, costuma referir a "defesa da produção nacional" dentro do contexto das grandes e pequenas economias industriais que procuram se estabelecer desde o final do século XIX em plena transição do trabalho escravo para o trabalho livre. No momento em que "ser livre" ainda podia significar "não trabalhar" as vilas operárias no Brasil passariam a representar uma estratégia não apenas de incremento, mas de reabilitação do *trabalho*: palavra a viabilizar e sugerir toda uma estrutura socioeconômica. Desse modo, portanto, o trabalho e o apelo à sua defesa não constituem meras categorias ideológicas, utilizadas para afirmar um setor emergente da economia burguesa; antes, ao contrário, constituem o elemento fundamental a motivar a manutenção de comunidades baseadas em formas específicas de urbanização, moldando o espaço concedido àquele grupo social e seu cotidiano.

Uma das dimensões temáticas que se impõem na leitura do jornal leva à análise de conteúdos referentes à administração da fábrica, seu funcionamento, a rotina de trabalho, as atividades que promove, obras e expansão. Existem, porém, outros níveis de conteúdos a observar dentro de discursos que explicitam, por exemplo, a relação entre o jornal e a fábrica, o vínculo estreito entre eles. Aqui a análise de discursos, ainda que expressos em fragmentos de textos e notícias, ou em matérias mais extensas, se sobrepõe à análise e ao prévio levantamento de conteúdos, havendo uma tendência a sublinhar os lemas, metas e objetivos da fábrica, veiculados ideologicamente pelo jornal como instrumento de integração comunitária. Ambas as dimensões temáticas envolvem dados objetivos e subjetivos à espera de apuração e sistematização de modo a compor as peculiaridades do perfil ideológico do jornal numa espécie de reprodução da ideologia ditada pelo caso particular do modelo fábrica com vila operária, que ele se empenha a propagar.

Apesar das eventuais particularidades frente ao modelo geral, o complexo da Pedra volta-se fundamentalmente para o enquadramento da força de trabalho, como expressão de uma *harmonia* ou *unidade* social, econômica e cultural. A “harmonia entre capital e trabalho” e “a elevação da classe operária segundo a doutrina cristã da Igreja (encíclica de Leão XIII) e as práticas dos católicos sociais (...)” (Leite Lopes, 1988, p. 623) encontram-se representadas no “modelo de Camaragibe”, implantado pela Companhia Industrial Pernambucana Camaragibe, uma das várias fábricas de fiação e tecelagem surgidas no Estado de Pernambuco na década de 1890. Considerado uma “utopia burguesa” pelo autor supracitado, o “modelo de Camaragibe” visava a “hegemonia política entre os industriais para que adotem as suas concepções”. Sua influência chega a outros estabelecimentos da região no início do século XX e contrapõe-se à sua futura substituição, como ocorre na Fábrica de Paulista nos anos de 1930, por outro padrão de relação entre patrão e empregado, a serviço de um sistema de dominação de grandes massas de trabalhadores. No entanto, a título de ilustração do período anterior a 1919, vale citar *A Imprensa*, jornal produzido em Paulista, de efêmera existência em 1918, e com tendência conservadora contra os movimentos e reivindicações trabalhistas já efervescentes. Conforme observou José Sérgio L. Lopes, pode-se deduzir das informações ali encontradas a pouca duração de uma pequena sociedade civil na vila operária de Paulista, embora algumas de suas instituições se mantenham ativas em fase posterior. No entendimento do autor, o estudo das relações que subordinam os trabalhadores para além da esfera da produção corresponde ao estudo das contradições do modo de produção capitalista na medida em que a estratégia tradicional é atualizada nos modelos do patronato, contrariando a própria evolução da economia capitalista.

Representando um exemplo de vila operária subordinada à administração de uma indústria têxtil, coube a esta (no caso, a Companhia Agro-Fábrica Mercantil) impulsionar a formação da comunidade da Pedra com uma série de iniciativas de cunho civilizatório — ou, ao menos com alguma pretensão nessa perspectiva —, aos poucos tomando relativamente auto-suficiente a vida da população fixada no espaço delimitado da vila. Assim, espaços domésticos e espaços de utilização coletiva, as instalações e atividades nelas desenvolvidas pertencem ao conjunto do espaço urbanizado e civilizado, destinado a abrigar pequena sociedade civil,

moldada por princípios bem definidos. Unidade, harmonia, ordenação, concentração populacional, relativos isolamento e autonomia do grupo social caracterizam o fenômeno de organização da comunidade ora estudada, espelho do modelo de urbanização que lhe é conferido em oposição às adversidades regionais que levariam à dispersão dos trabalhadores em relação ao processo de industrialização, haja vista problemas como a dificuldade de transportes, decorrente da grande extensão territorial do país. Uma vez que, mediante tais características, a experiência de fábrica com vila operária tende a acarretar certa neutralização, para não dizer uma eventual eliminação, de elementos culturais regionais no dia-a-dia das pessoas, caberá à pesquisa confirmar ou não essa suposição por meio da fundamentação proporcionada pelo esclarecimento de práticas e costumes, em parte já conhecidos quando os aponta a apologética literatura sobre a vida e obra de Delmiro Gouveia (Sobral, Ceará, 1863 – Pedra, Alagoas, 1917), o industrial pioneiro do sertão.

À análise da ideologia, portanto — ideologia expressa no modelo de trabalho e vida social propagado pela empresa através da imprensa local —, soma-se a coleta de informações sobre a comunidade, sua população, hábitos e dinâmica da maneira de viver em geral. Não só os dados que indicam características e delineiam a estrutura ocupacional da vila como um todo, mas, sempre que ocorrerem, aqueles referentes à população, às famílias, unidades domésticas e condições de moradia merecerão particular ênfase ao lado de outros itens, tais como: subsistência; forma de circulação e utilização dos bens de consumo; rede de relações sociais; possibilidades de trabalhos extrafabris dentro da vila operária. É evidente que as práticas do chamado setor informal da economia (prestação de serviços; comércio de mercadorias de subsistência e outras) não encontram terreno especialmente propício à sua realização em situações do tipo enfocado, embora constituam o destaque de estudos especializados sobre as estratégias de sobrevivência em comunidades de baixa renda.

Numa obra de síntese, mas que apresenta amplo mapeamento historiográfico em torno da formação do trabalho na indústria brasileira, desde as origens até 1920, Francisco Foot e Victor Leonardi dedicam um capítulo às expressões regionais do movimento operário brasileiro, prevendo os autores a necessidade de se desenvolver monografias com o objetivo de melhor se “perceber todos os

aspectos do conjunto desse movimento". A questão sobre a presença e a dispersão do proletariado no território nacional merece atenção tanto quanto a simultânea importância e fragilidade do movimento dos trabalhadores. Assim como esses aspectos remetem o tema do trabalho ao quadro geral da população, por outro lado, o panorama da imprensa operária e das associações de classe — conforme revisto em obra de Foot-Leonardi — abre caminho para a discussão da cultura e das manifestações culturais libertárias, também abordadas pelos referidos autores. Através deles, e independente do enfoque da pesquisa ora proposta, obtém-se um interessante pano de fundo a contrastar com a realidade de determinados episódios até certo ponto isolados de um contexto mais geral (nacional e internacional). Percebe-se, por exemplo, uma "grande heterogeneidade" no interior da "poderosa unidade social do proletariado": "Do assalariado rural ao operário altamente especializado há uma grande variedade de qualificações, de níveis culturais, de hábitos de vida" (Foot-Leonardi, 1982, p. 287).

A esse respeito, convém assinalar "as peculiaridades do grupo de origem das famílias recrutadas" e o confronto dessas peculiaridades com os modos de vida na nova forma de habitação e de organização comunitária. Trata-se de componentes da chamada "trama de conflitos" do sistema que envolve a produção fabril, por sua vez também condicionada por "determinações da indústria têxtil em nível regional e nacional" e por "determinações políticas estaduais e mesmo nacionais sobrepostas ao governo local de fato" (Leite Lopes, p. 22).

Caberá à antropologia, por sua vez, verificar as características culturais de um determinado grupo, podendo reconhecer em tal especificidade cultural, como fez Leite Lopes, o caráter de determinação política da classe operária, identificada pelas chamadas "linguagem de classe" (Leite Lopes citando S. Jones) e pelas "visões prescritivas do grupo", visões vindas de fora, sua interiorização e possível reinvenção pelo mesmo grupo (Leite Lopes citando Bourdieu p. 20). No entanto, as concepções geradas pelos indivíduos são com frequência ligadas a situações de trabalho, bem como ligadas à constituição familiar dentro de uma perspectiva econômica ampla. José Ricardo Ramalho revela casos em que o trabalho fora da fábrica — somando a atividade agrícola e outros ofícios, como o de costureira, realizado pela dona da casa — concede

à família maior auto-suficiência na medida em que todos os esforços econômicos convergem para o orçamento familiar. Por outro lado, famílias numerosas, assim como a pessoa solteira (sobretudo o homem) não se adequam economicamente à realidade proposta pela fábrica com vila operária.

Quanto aos jornais editados na localidade do estabelecimento do grupo estudado, servem como fontes documentais carregadas de elementos informativos capazes de ampliar e compor a visão histórica e etnográfica da comunidade tomada, em seu conjunto, como o objeto da pesquisa. É o caso do *Correio da Pedra*, basicamente dirigido e dedicado àquela fábrica com vila operária, isto é, um jornal que, entre outros registros e interesses de notícias e temas, focaliza sobretudo um caso particular do modelo geral possível, como diria Leite Lopes a partir do respaldo encontrado em Bourdieu. Sua pesquisa se propõe a planificar, sistematizar e reavaliar os textos e por que não dizer todos os textos concernentes à organização coletiva, sua vivência e sua lógica interna, aqui devendo-se incluir os dados que, de uma forma ou de outra, põem de manifesto as relações sociais, tanto dos indivíduos e das unidades domésticas entre si, quanto as relações de força em virtude da presença imediata do patronato. (A expressão "patronato" aqui se refere ao mesmo tempo à orientação específica de um modelo ou escola do patronato e à atuação de dirigentes e representantes do poder instituído pela fábrica, intervindo no cotidiano da população.) E não apenas a imprensa operária, que floresceu na década de 1930, vindo a representar uma fonte privilegiada aos estudos sobre os movimentos operários e sindicais, mas também a imprensa comum — mesmo quando comprometida com a visão do "dominador", que a edita e manipula —, às vezes, ambas as imprensas, oferecem subsídios interessantes, pouco acessíveis em outras fontes, quando a realidade pesquisada pertence a certo período do passado e o presente já não alcança a sua experiência original, cujo conhecimento pretende-se resgatar. Todavia, mesmo considerando os limites de uma *pequena história* datada no tempo e no espaço, que se deve restituir à base das demais leituras e aspectos da vila operária, não é o histórico da fábrica (sua montagem, capacidade produtiva, equipamentos e maquinárias) que determina o alvo central de um estudo desse gênero. Tampouco as tendências dos discursos que, com frequência, revestem as descrições da realidade devem corresponder ao interesse primeiro do levantamento ora proposto. Essas tendências

coincidem com maneiras de expressar uma certa visão oficial da realidade, e poderão ocupar um lugar da investigação, sobretudo valorizado pelo seu confronto com as possíveis versões não-oficiais provenientes de indivíduos que participaram ou herdaram tanto a memória quanto situações de vida a partir da experiência da vila operária da Pedra. No entanto, cabe ao primeiro recorte de conteúdos a ser levantados reconstituir o ambiente material e social da vila operária, por talvez se encontrar aqui, nessa dimensão da realidade, a base do conhecimento que se procura ampliar. Dentro dos limites que caracterizam a fonte pesquisada, são os registros oferecidos sobre os hábitos e as condições de vida em geral aqueles mais imediatamente propensos a se relacionar e cotejar (numa etapa complementar à atual) com as manifestações objetivas da memória social, por sua vez possível de se investigar por meio de entrevistas com ex-habitantes e descendentes de habitantes operários e de famílias de operários da fábrica.

O *Correio da Pedra* estréia em 12 de outubro de 1918, sob a direção de Adolfo Santos e vai até 25 de maio de 1930, ano em que se dá o colapso da firma, obrigando-a a acordos com os concorrentes ingleses, acordos que explicam o conhecido episódio da chacina das máquinas de linhas. O período de quase doze anos acima indicado coincide com inúmeras obras de expansão do conjunto industrial e é sublinhado por oscilantes avanços e retrocessos de sua economia mediante as próprias oscilações da política nacional no tocante ao incentivo da indústria. Para não deixar de citar alguns elementos históricos nesse sentido, em 1926 decreto eleva imposto de importação da linha de 2 para 10 mil réis por quilo, enquanto promessa de empréstimo no Banco do Brasil é suspensa por ocasião de mudança do governo federal. No ano seguinte, a firma é vendida a Menezes Irmãos e Cia., seguindo-se reforma nos estatutos da fábrica e aumento de capital. Segundo Tadeu Rocha, vêm dessa fase a instalação de novos serviços de assistência médica, além da criação do Tiro de Guerra, a banda de música, as sessões gratuitas de cinema, as festas familiares no cassino de diversões e o início da construção de um grupo escolar para 400 alunos (Rocha, 1970, p. 165). Em 1928, ocorrem, de um lado, a incorporação de novos maquinismos para aumento de produção, paralelamente a reformas de relevo na usina hidrelétrica, e, do outro lado, revogação das tarifas protecionistas de 1926 pelo Presidente Washington Luís. Em 29, a lei que reforma as tarifas alfandegárias (elevando a taxa de imposto

por quilo de mercadoria a um nível insustentável) desencadeia a crise maior. Em 1933, porém, quando o periódico local já se extinguiu, a fábrica trabalha 24 horas diárias, produzindo: tecidos; fios de redes, comercializados regionalmente; fios para tecelagem, vendidos para o sul do país. Em 34, contam-se 500 operários, que, no ano seguinte, vão-se distrair com a inauguração de um aparelho de cinema falado. Novas características administrativas passam a vigorar a partir de 1941, valendo-se de bons preços decorrentes da Guerra Mundial, o que propicia melhoramentos de instalações e aumento salarial de 20 a 30%. Após inúmeros investimentos na equipagem do conjunto — incluindo aquisição de nova turbina pelo governo federal, aumento do edifício da fábrica e encomenda de máquinas inglesas e norte-americanas —, em 45 fabricam-se, na Pedra, cambraias, opalas, cretones, panamás. O programa de modernização dos anos seguintes em diante encontra a fábrica, no entanto, já com 100 modernos teares em funcionamento.

Ao contrário de outros periódicos de particular curta duração — como foi, citado por Leite Lopes, a *Gazeta de Paulista*, em Pernambuco, editado ao longo de 1911 —, mas à semelhança deste, o *Correio da Pedra*, perdurando por toda a década de 1920, sublinha a existência de uma sociedade civil local, formada de pequenas instituições que promovem uma programação de atividades cívicas, culturais e educacionais, recreativas, religiosas, comerciais, além de eventuais serviços médicos e de assistência social. Jornal de notícias locais e com algumas pretensões literárias, deve a sua produção à atuação de poucos funcionários graduados e da chefia da fábrica, tendo esta sido responsável pela aquisição dos equipamentos tipográficos através da iniciativa de Delmiro Gouveia no ano anterior ao da estréia do *Correio*. Sua redação, o custeio e a distribuição passam assim dos escritórios da fábrica.

No pequeno embora o único capítulo, existente na literatura disponível, dedicado ao comentário do jornal, Félix Lima Júnior assinala, ao lado de Adolfo Santos como diretor, a presença de Eurico Turri e dos Drs. José Luna e José Lima. “Adolfo era veterano da imprensa, tendo colaborado na “Gazeta de Pesqueira” (PE) desde que a mesma surgira” em fins de 1902. O material tipográfico, adquirido pelo fundador da empresa, “só chegou depois de seu assassinato”.

“Em toda aquela zona do sertão não havia tipografia ou se havia era

um conjunto quase imprestável de ferro velho. Talvez em Propriá e em Penedo houvesse oficina capaz de imprimir um jornal como o “Correio da Pedra”. (...)”

“Jornal muito bem feito, material e intelectualmente, teve, por muitos anos, à sua frente o dr. José Lima, que escrevia sob o pseudônimo de J. Roberto. Era Bacharel em Direito, pernambucano de nascença. Depois de alguns anos, foi substituído na direção por Hildebrando Menezes”.

“Propriedade de uma associação, era impresso e composto nas oficinas lito-tipográficas da Cia. Agro Fabril Mercantil. (...) Tinha 29 correspondentes, inclusive no Rio de Janeiro, Salvador, Maceió e em pontos remotos, como Uauá, Pesqueira, etc, o que parece incrível.”

Em seguida, dentro do mesmo capítulo, comenta o autor:

“Vejam os n. 83 de 9 de maio de 1920. Com 4 páginas, além do artigo de fundo, bem traçado e assinado por J. Roberto, publicou na 1a. página um apelo aos sertanejos para ajudarem no Recenseamento a ser procedido no país, naquele ano. Além de um conto — “Amor e loucura” — de Demóstenes Lessa, publicou Registro Social, versos humorísticos, farto serviço telegráfico, cotação de preços de gêneros alimentícios na feira local, etc.”(LIMA JÚNIOR, 1963, p. 265, 266).

Algumas das notícias, nacionais e internacionais, eram transmitidas pelo telégrafo ao alto do sertão, e os habitantes da Pedra as recebiam uma vez por semana, naquele tempo em que, lembra Félix Lima Jr., eram poucos os semanários ou quinzenários interioranos, e os jornais de Maceió levavam, às vezes, quase um mês para chegar em certos municípios. Em julho de 1927, publicou um “esplêndido suplemento literário” a propósito dos festejos juninos (Lima Júnior, 1963, p. 266).

Através de uma leitura sistemática do jornal, a pesquisa deverá sondar em que medida se dá, e se de fato ocorre e é registrada naquele veículo de comunicação, a atuação personalizada do patronato, sob a forma, por exemplo, de medidas arbitrárias em nome da ordem e do bem comum, cabendo ao patrão e a seus

representantes educar e fiscalizar a coletividade para a adoção de novos hábitos e regras na vida cotidiana. A reunião dos relatos ou registros jornalísticos e ilustrar esse tema poderá fazer transparecer o tipo de 'modelo político' então vigente, suas estratégias e o padrão ideológico correspondente à forma específica de ação social. Tais configurações ideológicas acompanham o próprio esforço de propagação do referido 'modelo'. Ao se pressupor a existência de um 'modelo', tanto social quanto político, e de certo modo dependente do esforço institucional em propagá-lo, pensa-se em 'esforço' enquanto categoria igualmente política do discurso, vindo a se cristalizar no fenômeno da imprensa. Por exemplo, todo um discurso em torno do *trabalho*, sua harmonização e valorização visando ao enquadramento das forças produtivas, bem como tendo em vista a defesa da ordem e, conseqüentemente, da assiduidade do operário frente a suas obrigações — enfim, esses e outros itens facilmente perpassam o painel possível de ser recomposto a partir de múltiplos fragmentos e facetas da vida do grupo formado à maneira da vila operária. Em princípio, todas as informações relativas à prática social devem ser transcritas na íntegra, deixando à vista, como primeiro recurso arquivístico, o número e data da edição que publica as matérias em transcrição. Com a subsequente releitura do material obtido, inicia-se a catalogação dos temas mais recorrentes ao lado daqueles que, mesmo revelados em conteúdos e/ou discursos relativamente isolados, passam a acrescentar características novas ou até modificar e surpreender a compreensão do corpo de temas já documentados.

Em sua *novidade, atualidade e atividade*, o novo conteúdo traz consigo uma "dinâmica própria", exigindo — à semelhança do que propõe Bachelard ao considerar uma possível fenomenologia da imagem poética — "adesão total a uma imagem isolada", acima de qualquer formulação geral e ordenada que possa garantir a validade de uma "noção de princípio" e "noção de base", ambas secundárias ao tipo de leitura proposto. "A reflexão filosófica que se exerce sobre um pensamento científico longamente trabalhado deve fazer com que a nova idéia se integre em um corpo de idéias já aceitas, ainda que a nova idéia obrigue esse corpo de idéias a um remanejamento profundo, como sucede em todas as revoluções da ciência contemporânea" (Bachelard, 1989, p. 1). No entanto, quando se procura (no caso da pesquisa em questão) obter uma visão estrutural do material pesquisado, incorporar conteúdos imprevistos somente

vem enriquecer, e não anular, o sistema de correlações a que se submetem os demais registros dentro de suas esperadas interação e complementaridade. As estruturas, de um modo geral, parecem confirmar a pertinência seja da natureza, seja da função comuns aos componentes nelas estruturados, daí a sua explicação e confirmação tantas vezes perseguidas pelos pesquisadores. Duas orientações, portanto, aqui vêm a se contrapor, uma vez que Bachelard, no inverso da causalidade e do princípio, prefere considerar a *repercussão*, isto é, prefere considerar a autonomia dos novos conteúdos, bem como a “sonoridade” desprendida de sua *repercussão*, conforme foi encontrar na fenomenologia de Eugène Minkowski em *Vers une Cosmologie* (Bachelard, 1989, p. 2). Isto posto, vale indagar o grau de abrangência do documento pesquisado, sua capacidade de reproduzir fielmente a realidade em diferentes aspectos, e indagar se o mesmo documento ajuda de fato a revelar as vivências cotidianas daquele grupo de trabalhadores.

Conforme foi exposto em passagem anterior do presente texto, uma antologia, se não apenas um fichário temático das transições realizadas do jornal pressupõe uma leitura a partir de certo momento direcionada para a observação de temas cujo papel na descrição da realidade aos poucos torna-se evidente dentro do universo a que o jornal se dispõe a alcançar com sua inevitável delimitação. Poderiam ser agrupados em tópicos mais abrangentes, itens como: o jornal e a fábrica (lemas e objetivos): aspectos ideológicos do jornal como elemento de integração comunitária;— a fábrica: administração, obras e expansão;— textos sobre a obra de Delmiro Gouveia (artigos, notas, citações, reportagens); — população e família de operários: procedência e constituição; — trabalho fabril e extrafabril; — organização comunitária, disciplina e regulamentos; — evolução urbana; comércio; infra-estrutura; — instrução e escolas; grêmios literários; lazer; religião; — Tiro de Guerra 636 e outras atividades militares; — problemas regionais; — conflitos na década de 1920; — defesa da indústria (pelo protecionismo) e defesa da produção nacional; entre outros, embora demonstrando serem esses, provavelmente, os principais.

Um item não incluído no sumário acima esboçado, mas que vem à tona através de um dos autores que se debruçaram sobre o assunto, apontando para detalhes pouco explorados nos documentos de caráter ou representatividade oficial, poderia ser designado por violência: meio de garantir a ordem ditada pelo patrão. A mesma

literatura que reconhece serem os operários “bem comportados, bem vestidos e limpos”, atesta: na Pedra, como em Canudos, nos tempos do Conselheiro, “as leis eram o arbítrio dos chefes e a justiça as suas decisões irrevogáveis”. E assim tinha de ser, por imperativo do meio, da gente sem disciplina, sem ordem, sem asseio, desacomodada ao banho, à lavagem de roupa com sabão (...)” (Lima Júnior, 1963, p. 181). Em seguida, comparando Delmiro Gouveia e Antonio Conselheiro, refere-se a “penas severíssimas por leves faltas”. Sente-se a preocupação em constatar a realidade dos fatos, das situações concretas, independentemente do maior ou menor senso crítico, por vezes resvalando para a mistificação do meio ambiente e do homem em nome do qual é concedido o título de obras como: ... *O Mauá do sertão alagoano*; ... *Pioneiro e nacionalista*; *Itinerário de Delmiro Gouveia*; *Vida de Delmiro Gouveia*; entre outros títulos, sendo mais recente aquele do perfil que se concentra no enfoque do *Desenvolvimento com impulso de preservação ambiental*, trazendo um prefácio que diz *História moldada em Pedra* — todos indicados na bibliografia. Em todo o caso, voltando ao livro de Félix Lima Júnior, ele não se omite em comentar: “... construíra muitos prédios, e esqueceram propositadamente a casa de detenção (...). Não havia cadeia, mas o indivíduo que cometia falta, às vezes pequeno pecado venial, era amarrado — por tempo determinado — a uma baraúna perto da fábrica, no meio da rua, e às vezes espancado.” (Lima Júnior, 1963, p. 186). Aguardente e armas eram proibidos, mas principalmente antes do assassinato de Delmiro Gouveia.

Fazendo aqui um recorte sobre o tema da disciplina e dos regulamentos na vila operária, leia-se no *Correio da Pedra*, em 12 de outubro de 1923: “... Nascido no Ceará em 5 de junho de 1918 e tragicamente assassinado em Pedra, Alagoas, em 12 de outubro de 1917 (...)”. “... Os que com ele perlutaram a jornada heróica que foi a desbarbarização desta gleba, nunca poderão olvidar a sua memória, que será, por todo o sempre, carinhosa e saudosamente venerada”.

A reportagem, em tom retrospectivo, prossegue: “Delmiro Gouveia conseguiu, sem conselhos e sem insinuações; unicamente por processos seus, ensinar aos governos como poderá ser feita a proveitosa e rápida catequese dos deserdados da alfabetização, os semi-bárbaros que povoam o *interland* nacional, porque em verdade, no curto prazo de quinze anos, persuadir o sertanejo a admitir o

trabalho como indeclinável necessidade humana, ensinar-lhe como aproveitamento que a higiene tem preceitos tão fortes como os da religião, convencê-los de que o respeito de uns para os outros deverá ser observado como condição da solidariedade social, não é tarefa que todos possam levar a efeito sem tropeços e dificuldades (...).”

“... foi um preocupado em ter o seu trabalho sobre organizado sobre a mais moderna feição e esse desvelo acompanhava outro maior: integrar os sertanejos nos ditames da moral, nos cuidados do asseio e nos preventos da instrução, obrigando-os à frequência nas escolas.”(C;P; 12/10/1923, p. 1, ass. J. Roberto, p. 1).

Na mesma data e edição, além do papel pedagógico e das advertências à comunidade, o jornal cumpre certa posição ameaçadora, avisando poder publicar os nomes das pessoas que desobedecerem ao apelo da empresa.

“Não é sem desprezar que vamos deixar aqui algumas linhas a respeito do vício repelente e nojento de mulheres, moças e até crianças mascarem fumo e usem cachimbo. A Direção da Fábrica de Linhas, por preceituação de higiene e advertência médica, tem tomado contra o fato enérgicas providências e eliminará dos seus serviços as que teimem no vício.”

“Além do fétido que deixa na boca dos que mastigam o fumo, obrigando uma salivagem constante e nauseabunda, há os males que esse vício traz para o estômago e para os intestinos, pela ingestão da nicotina, que é um veneno que mata aos poucos.”

“Que coisa horrível e horripilante é, na verdade, uma moça que se preza de beleza e simpatia abocanhar um cachimbo e dele tirar baforadas de fumaça!”

“Só mesmo a ausência de educação dá lugar a tão deponente prática.”

“O ‘Correio da Pedra’, auxiliando a esse apreço, ofereceu espaço em suas colunas e publicará abaixo os nomes de quantas forem apanhadas em vício tão repelente. Fiquem avisadas, portanto, as que não quiserem figurar com os seus nomes nas galerias das viciadas” (C.P., idem, p. 3).

Em outra passagem lê-se: “Nosso jornal vem estudando os problemas agrícolas, pecuários e industriais capazes da adaptação indígenas, emoldurando em suas colunas tudo o que toca ao desenvolvimento da riqueza desta terra e dos que nela habita”. Delmiro, chamado de “predestinado evangelizador”, tem na sua “obra assombrosa” o instrumento pelo qual, na Cachoeira de Paulo Afonso, “a vigorosa energia de um homem colocou desassombadamente em desafio a natureza” (C.P., idem, p. 1 e 3).

Tadeu Rocha irá observar: “Sendo a Pedra um aglomerado urbano sem categoria político-administrativa, Delmiro Gouveia podia dar ao núcleo industrial que fundara as normas que lhe pareciam necessárias à vida social do seu operariado, geralmente saído dos meios rurais sertanejos”. Em seguida, reiterando a tônica do rigor disciplinar, cita Adolfo Santos: “eram punidos aqueles que fossem encontrados em idílios em lugares escuros; puniam-se também os praticantes de jogos de azar e os bebedores inveterados” (Rocha, 1970, p. 140).

Félix Lima Júnior vai atestar a proibição do jogo de bicho, além de insistir que os operários eram bem-comportados, bem-vestidos e limpos. Para evitar o pé descalço, Delmiro idealizara “um tipo inédito de alpercata de fácil fabricação e custo baixo, preparada no local”. Os operários usavam obrigatoriamente um terno de mescla azulão e sapatos ordinários de lona branca. Para mulheres operárias de alguns departamentos, adotava-se saia azul e blusa branca, cuja aquisição era facilitada no comércio e depois descontada nos salários. Operários padrão, mais graduados ou mais antigos, residentes em casa melhor de cada esquina, fiscalizavam, orientavam e multavam os faltosos aos regulamentos de uma maneira geral, sendo a multa convertida para a “caixa de previdência” da comunidade.

A questão da disciplina e a justificativa da autoridade do patrão têm por base uma conceituação específica acerca do “elemento humano quase selvagem”, como um “rebanho” que precisa ser conduzido com dureza. “A esse tempo — em contrapartida — o cangaço (grupos armados) imperava e nenhum homem de posses dispensava uma guarda de assalariados, que trabalhavam na faina do campo, prontos para pegar em armas se o seu chefe assim ordenasse. Delmiro não podia eximir-se à regra. Tinha sua milícia de cabras corajosos,

capazes de se sacrificarem na defesa de seu patrão. (...) Mas os seus homens nunca foram vistos em chacinas e vinditas. Vinha gente de toda parte, andejo como é o nordestino. Delmiro costumava dizer que à Pedra chegavam indivíduos maus, mas que ali melhoravam e se tornavam bons. Sentia prazer em mostrar verdadeiras feras humanas, submetidas à sua disciplina e transformadas em anjos. Tinha por certo que toda aquela brutalidade e não resistiria ao hábito da água e sabão, da escova de dentes e do pente, que eram obrigatórios. A água para o uso doméstico, como para o gado, vinha de 24 quilômetros e ao mesmo tempo a força e a luz que espancava as trevas da noite” (Menezes, 1963, p. 136, 137).

Sobre a população de trabalhadores, sua procedência, escreve F. Magalhães Martins: “Eles vieram de diferentes lugares à procura de trabalho. Os oficiais, tecelões, mecânicos, torneiros, pedreiros, carpinteiros, etc, bem como as mulheres, eram convidados com insistência a oferecimentos de vantagens, sendo procurados até nos centros distantes. No primeiro ano, a indústria funcionou com pouca gente, mas, adotando tal expediente, e depois que se acelerou a seca de 15, passou a congregar cerca de 800 pessoas, e iria ter 1000, mais tarde” (Martins, 1963, p. 144).

Quando Delmiro desapareceu, em 1917, a Pedra contava com 4 mil habitantes. (...) Não havia jogo de bicho ou de azar, bebidas, facas de ponta, malfeitores, ociosos, nem safadeartins Martins, 1979, p. 146).

O mais recente ensaio sobre a trajetória e o perfil de D. Gouveia, partindo de uma ampla contextualização histórica, refere-se “... em 1914, a inauguração de uma fábrica de linhas para costura à base do algodão de fibra longa, com a criação de 1000 empregos diretos no primeiro momento” (Mello, 1993, p. 22). Entre as informações trazidas pelo *Correio da Pedra* sobre a população, integrando e aliada à massa de trabalhadores, como seus familiares, a edição de 11 de fevereiro de 1923, p. 1, publica:

“Mal alguém pisa a Pedra e logo um mundo novo se lhe abre. Em contraste com a natureza áspera ressequida, acobertada por um céu de chumbo (...), surge a cidadezinha branca, de paz e trabalho. É a colméia vigorosa e ativíssima que em quatro mil almas goza a concepção ousada da idéia de um pioneiro transformador de sonhos

em realidade (...), temperamento norte-americano encaixado em ótimo coração de nortista.”

“A Pedra resume a transmutação das ânsias de progresso de um homem cuja atividade e cujo empreendimento merecerão as bênçãos de todos os brasileiros, porque foi ali, onde reza a sincera e dolorosa inscrição na cruz ereta no lugar em que se deu o seu bárbaro assassinio, “o evangelizador do sertão”, o desbravador de almas incultas, às quais proporcionou pão, ensinamentos, fé, direitos, amor, a confiança no êxito do trabalho honesto e salutar.”

“Tudo na Pedra respira ordem e labor. O casario branco, simétrico e limpo; a atividade operária, movendo máquinas curiosas e magníficas; o desdobramento da sagacidade sertaneja em aprendizado rápido e eficiente; a alegria e o bem estar do operário, o que se cultiva progressivamente; as oficinas técnica e gigantescamente aparelhadas; as obras maravilhosas que foram colher na indomável cachoeira de Paulo Afonso — leão rugidor e onipossante, espécime solene da grandeza do Brasil — as forças para a movimentação das complicadíssimas entrosagens da fábrica; a luz, a higiene, o desenvolvimento rápido da vila; tudo, tudo denuncia turpor vital da obra grandiosa da Pedra, a felicidade da Pedra.”

“Salve, salve, nós que transformamos o rincão inóspito e desalado do sertão das alagoas sem apiário humano, onde a alegria, a saúde e o trabalho, em perfeita harmonia, denunciam a capacidade e o progresso brasileiro.”

Ainda na edição de 11 de fevereiro de 1923, transcrevendo matéria do *Jornal do Commercio*, do Recife, encontra-se uma defesa da “capacidade de trabalho do tipo nacional”, cujas freqüentes depreciações “só a eloqüência dos fatos, embora num processo lento, há de acabar de vez, mostrando o seu desacerto”. O argumento apóia-se no então recente prêmio recebido pela fábrica de linhas na Exposição Internacional do Centenário da Independência, realizada no Rio de Janeiro.

Em 29 de junho de 1923, lê-se no mesmo periódico local: “hoje é uma vila operária com perto de 5000 moradores, na sua quase totalidade trabalhadores da fábrica de linhas, pertencente à poderosa empresa, que é acionada por força hidrelétrica, apanhada

inteligentemente na cachoeira de Paulo Afonso, uma de nossas maravilhas mais surpreendentes.”

“(…) Ainda temos uma fábrica de linhas que honra a nossa indústria, cujo operariado foi recrutado entre os sertanejos daquelas paragens, outrora áridas e safaras, por um patricio nosso, e plantada ali à margem da formidável fonte de energia hidrelétrica, (...) como uma semente deixada pelo grande gênio empreendedor”. Em seguida, referindo a “magistral administração” da fábrica, ressalta o seu “valor altruístico, (...) em relação ao operariado, que tem na Vila da Pedra o conforto que os industriais adiantados do Velho Mundo dão aos seus dedicados colaboradores”.

Em 31 de agosto de 1924, p. 2:

“E até, para completo da justa fama que envolve a atividade da Pedra, há ali um núcleo de rapazes bons, simples operários, que hoje são, incontestavelmente, o complemento da titânica criação do inolvidável Delmiro Gouveia.”

“E são esses rapazes os fundadores do Grêmio Literário Adolfo Santos, núcleo recente que, a despeito disso, vem marcando, com a pedra alva do talento, uma fase próspera para a vida da Pedra.”

Em 24 de maio de 1925, p. 2, a matéria principal do *Correio da Pedra* traz o seguinte título e legenda: “Visitas honrosas - o representante do Santo Padre o Papa distingue a vila operária da Pedra com a sua visita”, e diz:

“Os srs. Noé Gouveia e Eurico Turi, sócio e gerente da Cia. Agro-Fábrica Mercantil e fábrica de linhas, facilitaram os meios a todos cerca de conforto, providenciando no sentido do operariado tomar parte das manifestações que, merecidamente, deveriam ser prestadas aos visitantes, tudo de acordo com o Reven. Cônego Nicodemos, vigário da paróquia.”

“Assim, à chegada do trem, as escolas da vila, as associações religiosas, grande número de operários, cavalheiros da maior representação da vila, e avultada massa popular com a Filarmônica da Pedra à frente, deram manifestação de acolhida que aos recém-vindos seria dispensada”.

“Um longo cortejo desfilou com muita ordem até à capela, onde os prelados fizeram orações, pronunciando Dom Bento Lopes palavras de união religiosa, depois lançou a bênção papal à multidão de fiéis”.

Diante de situação de conflito e ameaça, por sua vez, a defesa do trabalho e a defesa das propriedades fundamentais da empresa aparecerem conjugadas num mesmo discurso, tal expõe o *Correio da Pedra* a 31 de março de 1925, p. 2:

“... está na cachoeira o Sr. Capitão Lucena para garantir as custosas instalações elétricas e evitar depredações possíveis para retirar o trabalho do povo e arrancar o pão da boca das inocentes crianças. Mostrando, portanto, aos operários e habitantes da Pedra a quem cabe a responsabilidade do que está se passando, a Cia. Agro-Fabril, confiante na justiça, espera dentro em pouco ter normalizado os seus trabalhos, ao mesmo tempo que os embustes serão de público desmascarados.”

Junto a acontecimentos assim relativamente isolados, pertencentes à história social não só da comunidade, mas da região, resgatam-se informações acerca da população, sua soma numérica pouco precisa, sua formação, procedência, participação em eventos cívicos e religiosos, iniciativas na criação de associações culturais, daí a distinção de determinados segmentos sociais e intelectuais dentro do grupo, além da recorrente observação da ordem e da disciplina, que, confundindo-se ao próprio quadro da arquitetura e do urbanismo no perímetro da vila, praticamente impede de aparecer as manifestações espontâneas sob a forma de soluções da vida prática cotidiana, possíveis de se estabelecer na relação entre os indivíduos e as famílias. Por outro lado, as crônicas posteriores e os textos de época que compõem o *Correio* revelam sob quais pontos de vistas a população é encarada ou reconhecida, seja pela intelectualidade oficial, seja pelos redatores daquele semanário, em última instância representantes do poder patronal. Às descrições da paisagem urbana já percorridas até aqui, vale prosseguir desdobrando outros relatos, embora de igual natureza, pelos quais se pode acompanhar detalhes e variações de uma quase fenomenologia do imaginário do espaço urbano entre as múltiplas facetas de sua imagem de cidade luminosa, branca e regular, unânime na percepção de todos.

2. População, disciplina e paisagem urbana

A antropologia social e a cultural vêm-se interessando em estabelecer maneiras de tomar, como objeto de sua investigação, o grau de percepção e conscientização da família operária sobre a relação de subordinação e exploração, existente na relação de trabalho e habitação. O baixo grau dessa conscientização por vezes explica-se pela ilusão e certo imediatismo da reação diante das “vantagens” de que a família operária poderá beneficiar-se com o usufruto da casa, cedida pela empresa, e utilização da infra-estrutura montada na vila, variando a complexidade dessa infra-estrutura de caso para caso, bem como nas diferentes fases da história de uma determinada fábrica com vila operária. Depoimento de uma filha (hoje adulta) de ex-trabalhadores da vila operária da Usina Santa Teresinha, em Pernambuco, relembra a adoção de um padrão monetário próprio e de circulação exclusiva na localidade por seus moradores, que podiam comprar sedas, tecidos importados e outros manufaturados, mandados trazer para o consumo local. Móveis de qualidade, louças e até cristais podiam constar nas casas de trabalhadores mais graduados, mas pertenciam à fábrica. O pai, chefe da família, aceitava normalmente o esquema proposto pelos patrões, enquanto a mãe, professora primária, tentava levar a instrução para fora da vila operária, o que, sendo impossível viabilizar, causava-lhe revolta. A família como um todo passa não mais a se integrar ao trabalho e moradia na usina e acaba deixando-a, isto ainda no final da década de 1960, quando eram acentuadas as pressões políticas em geral no país. Em contraposição ao que já citamos sobre a tendência a um baixo grau de conscientização das famílias a partir das constatações feitas na pesquisa sobre a Vila da Macaxeira (vide Rocha Lima, FUNDAJ, 1984), um outro caso particular de percepção da situação de moradia será flagrado em estudo de comunidade formada em volta à Fábrica Nacional de Motores, no Rio de Janeiro: “morar na fábrica representava — segundo a visão de alguns moradores de uma vila operária — inibir a iniciativa do trabalhador em acumular recursos para comprar sua própria casa” (Ramalho, p. 96-111). A essa questão, referente à possibilidade, posta em risco e muitas vezes anulada, de a família vir a formar o seu patrimônio definitivo, soma-se a consciência da perda da liberdade, mediante a interferência e o controle do patronato, promovendo e administrando as atividades com que se vai preencher o tempo livre, quando não interrompendo-o a domicílio com mais freqüência devido à vizinhança

da casa ao local de trabalho. Pela ausência de fronteiras entre o espaço fabril e o espaço das unidades domésticas dos operários, fica em jogo a privacidade familiar, situação propícia a gerar conflitos e resistência nas e por parte das mesmas famílias.

Conforme assinalou Roberto Motta ao abordar o tema “Família, trabalho e renda” em pesquisa supracitada, diante de uma fábrica de linhas a antropologia vai estudar: os princípios gerais do seu funcionamento; a forma de apropriação do capital; as relações de trabalho; a estruturação de grupos; valores e atitudes subjacentes ao comportamento dos atores econômicos. A antropologia analisa as variações quantitativas e qualitativas da família e de outros grupos de parentesco ou de vizinhança enquanto orientadas para a produção, renda, consumo ou sobrevivência. O mesmo autor irá referir a concretude da situação espaço-temporal a que a antropologia restitui ou “tem a tarefa de restituir” a interação da família no mercado de trabalho, as condições de moradia, “maneiras de ser e de agir” (Motta, FUNDAJ, 1984).

O interesse em fixar o operário e sua família ao redor do espaço fabril, bem como em propor um modo de vida modelar, compatível à sistemática da produção, espelha-se na concepção de uma cidade que desenha artérias regulares, aglutinadoras de elementos homogêneos e contínuos, definindo os blocos de suas quadras. Essa cidade — para não deixar de assim chamar o conjunto articulado da vila operária — fora originalmente delimitada por um muro de arames a enlaçar o caráter ideal da clara distribuição e plasticidade de seus espaços arquiteturais e urbanísticos. A descrição de suas formas e características bem se presta como primeiro passo para a compreensão da maneira de viver e do padrão de comportamento social que o projeto da fábrica, visto como um todo, pretende estabelecer como a expressão viva dos “valores e atitudes subjacentes ao comportamento dos agentes econômicos” (Motta, FUNDAJ, 1984). A cidade, portanto, expressa a atitude geral de uma determinada ideologia e prática patronal, servindo diretamente aos objetivos do empreendimento não mais apenas econômico, mas social e ambiental.

Tadeu Rocha insiste que tal empreendimento, envolvendo a usina hidrelétrica e a fábrica de linhas, “gerou um novo gênero de vida urbano, em plena zona das ‘caatingas de criar’ do sertão nordestino”.

“Os benefícios da técnica moderna fizeram-se logo sentir na construção da vila operária, que inicialmente se compunha de 256 casas de alvenaria e tijolo, alinhadas em sete ruas a que o próprio Delmiro Gouveia deu nomes do nosso calendário cívico ou de grandes figuras da nacionalidade (...)”

“As ruas e casas eram iluminadas a eletricidade e o fornecimento de água encanada era feito por meio de chafarizes, onde os moradores se abasteciam gratuitamente. Nas casas melhores das esquinas dos quarteirões residiam operários graduados ou empregados de categoria, que eram responsáveis pela ordem e asseio da vila, mas o próprio Delmiro todas as manhãs a visitava, com o fim de imprimir hábitos civilizados aos habitantes que se acumulavam no recém-fundado centro industrial” (Rocha, 1970, p. 139).

Em meados de 1916, já funcionavam “... na primeira vila operária sertaneja, quatro escolas, serviço médico, cinema e banda de música, trajando ‘uniforme vistoso’”. “Uma espécie de ‘caixa de previdência’ mantinha-se com a contribuição semanal de três tostões (300 réis na época). A fábrica funcionava de segunda-feira a sábado, em três turnos de oito horas” (Rocha, 1970, p. 143). Em artigos no *Diário de Pernambuco* em 6 de setembro de 1917 e 27 de janeiro de 1918, Oliveira Lima refere-se “... ao empenho que um homem pôs em construir um edifício moral da solidez e do brilho do que me foi dado a admirar” (Rocha, 1970, p. 143, 144). Por sua vez, Plínio Cavalcanti viu na Pedra uma *Canaã sertaneja*, “tão branca e limpa, que à primeira vista julguei-a um grande algodão de capulhos alvejante” (idem, p. 144). Em extensa reportagem publicada no *Diário de Pernambuco* em 10 de setembro de 1917, Assis Chateaubriand encontrou no conjunto da Pedra “uma resposta magistral a Canudos”, ao que arremata Tadeu Rocha, “com a substituição do fanatismo e do banditismo pela moderna civilização industrial, baseada na ciência e na técnica” (Rocha, 1970, p. 144).

Félix Lima Júnior comenta o imponente edifício da fábrica, com vinte janelas na fachada e três portas, sendo uma centralizada e duas de lado. “A vila operária (...) tinha casas de porta e janela, conjugadas, todas construídas de alvenaria de tijolo, cobertas de telhas, rebocadas, caiadas, sendo as portas pintadas de cores claras. Todas tinham largo alpendre, tão necessário naquele clima tórrido (...)”. Em

seguida, refere-se às sete largas ruas arborizadas e aos bancos de madeira debaixo das árvores. Junto ao açude havia um pomar em frente à casa-grande. O açude, situado pouco atrás da estação ferroviária, tinha um muro de pedra e cal e fora construído para represar o riacho de Bom Sossego. Inaugurado o açude no início de 1913, a água era levada dos grandes reservatórios aos chafarizes. Havia água filtrada, lavanderias, banheiros públicos, sendo a água encanada exclusiva nas casas dos funcionários mais graduados. A luz elétrica surge em 1914 e logo depois instala-se uma fábrica de gelo. Além da casa-grande, fora dos arames da vila, servia como residência do fundador da Pedra um chalé cercado de jardins com muitas flores. Açude ou lago artificial com bananeiral ao redor continha peixes e aves aquáticas, marrecas, patos bravos. A casa-grande propriamente dita tinha escritório e armazéns anexos. “Embora ampla, arejada, bem iluminada, rigorosamente limpa, era simples, caiada em suas paredes, de piso cimentado e sem forro. E seu roseiral, ao lado, era cercado de baixos toros de madeira e arame farpado. O mobiliário comum. Os ornamentos cingiam-se a interessantes peles de animais. Compreendia-se a sua intenção de não desfigurar o aspecto rústico e característico da região, e talvez a de provar, como o Jacinto de *A cidade e as serras*, de Eça de Queiroz, que em uma propriedade sertaneja sem luxo, pode-se ter mais conforto do que em uma luxuosa residência em Paris”, atesta o testemunho de uma pessoa que lá esteve hospedada (Lima Júnior 1963, p. 50, 51).

O mesmo autor se refere aos bailes camavalescos realizados na chamada casa-grande, que funcionava como casa de hóspedes da Companhia Agro Fabril. Por sua vez, a “casa em que residia Delmiro na vila da Pedra era um chalé caiado de branco puro, com varandas largas e de cujos jardins floridos brotavam viçosas rosas”. “Estava situado em local excelente: alto, arejado, e não recebia, durante o verão, a poeira que a ventania levantava na praça. Em frente passava a linha férrea; mais adiante, ainda na frente, estava a fábrica e destacavam-se, um pouco ao lado na direção sul, o parque de diversões, o casario e a capela de Nossa Senhora do Rosário. Do lado oposto, atravessando o rio, o cemitério.” Um cronista alude ao “magnífico jardim com carramanchões e gaiolas”, próximo ao açude com águas do Rio São Francisco, açude a partir do qual se estendia o bananeiral. Quanto ao chalé dentro da vila, “bela e rústica vivenda sertaneja”, “... enfeitava seus salões com couros de animais

selvagens e panoplas de armas, rifles inclusive, entrelaçados”. Adaptavam-se a essa simplicidade algumas notas de requinte como a louça inglesa que pousava sobre toalha de linho belga, além do jardim com suas flores raras, descrito pelo mesmo autor (Lima Júnior, 1963, p. 52, 53).

Havia, no entanto, a casa fora do muro de arames, isto é, “... um outro prédio em formato de chalé suíço”, construído “especialmente para Dona Jovena (mulher de D. Gouveia), que nele residiu durante todo o tempo de sua permanência na Pedra”. Modesto e acolhedor, foi edificado de tijolos e coberto de telhas. “Pequeno, com apenas dois quartos, era rodeado, na parte superior junto ao telhado, de enfeites de madeira cortados a máquina, à moda da época.” São esses adornos os chamados lambrequins, segundo a terminologia própria dos elementos adotados pela arquitetura dos chalés, que foram uma febre em todo o país em 1900, desde os pequeninos aos de maior porte, com porão habitável, e até versões monumentais de chalé adaptado ao modelo neoclássico ainda remanescente como opção do Ecletismo na virada do século XIX para o XX. “Era rodeado de alpendres, como as demais construções locais, para amenizar o calor, e neles estavam, para encanto dos olhos, plantas em cacos e latas e gaiolas com pássaros canários. Morto o industrial e fechado o chalé, com a saída de Dona Jovena para Garanhuns, ficou abandonado, estragando-se, até que desabou” (Lima Júnior, 1963, p. 53). No local dessa casa, que “não foi misteriosamente demolida”, ergueu-se o cruzeiro, e na praça em frente o busto do industrial (Idem, p. 216).

“As ruas — ruas não: verdadeiras avenidas de terra batida tinham a limpeza... Eram elas um só telhado, de uma ponta à outra, em solução de continuidade. Assim, de um lado e do outro. Uma ou outra, porém, oferecia uma ligeira diferença, como a quebrar aquela monotonia de construção: acompanhando os acidentes do terreno, aquele telhado único se partia, às vezes, oferecendo no ar o mesmo degrau que se via no solo!” Em seguida, refere-se às praças, situadas nas extremidades dessas artérias, com seus bebedouros higiênicos (Idem, p. 203). Pode-se encontrar transcrição de um anúncio da Pedra no *Correio da Manhã* (Idem, p. 154) e alguns dados estatísticos, na mesma obra citada, que, no entanto, poderiam ser verificados com mais cuidado, pois passam do registro de 253 casas em 1920, na vila, para 500 casas no ano seguinte, somando um total de 4.000

pessoas (Idem, p. 208). A fábrica de linha para costura trabalhava dois turnos e até três turnos quando bom o comércio. 600 operários trabalhavam dez horas por dia com o salário de 1\$800. E o aluguel da casa era gratuito, incluindo luz e água fornecidas pela empresa.

F. Magalhães Martins assinala o número de 2.500 trabalhadores entre uma população de 6.000 habitantes em 1917. "A vila operária, caiada de branco, irrepreensivelmente asseada, tinha 258 vivendas, edificadas em série, todas iguais, ligadas umas às outras por parede e meia, com porta e janela, com três cômodos e a puxada com a cozinha. Na frente, por toda a extensão, largo alpendre suspenso por colunas à romana, em estilo toscano, certamente inspiradas nas construções da Itália, onde Delmiro estivera antes, por longa vilegiatura" (Magalhães Martins, 1963, p. 146). "O vasto prédio da fábrica, ao lado da vila operária, compreendia três pavilhões, unidos, tendo os dois laterais quatro janelas sobre clarabóias, e oito, o maior, em cujo centro havia o portão principal a que se tinha acesso por uma escadaria" (Idem, p. 149).

Entre as anotações de Olympio de Menezes sobre a prévia formação de capital para o empreendimento industrial e o conjunto da economia nele envolvido, tem-se o comércio de peles desenvolvido inicialmente e importação de pecuária. Produtos como café, sal, sabão e querosene eram obtidos e chegavam à vila para o consumo local em troca das peles de animais. Ao lado do aproveitamento do Rio São Francisco para o açude na Pedra, o autor lembra a plantação de Palma Santa, trazida para o Nordeste pela família Lundgren, que veio a constituir o poderoso grupo de Paulista, em Pernambuco. No livro *Itinerário de Delmiro Gouveia*, editado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, o referido autor fornece informações sobre a organização da Companhia Agro Fabril Mercantil, bem como a respeito do projeto de engenharia para a usina hidrelétrica sob a garantia de Iona e Cia. A aquisição de terras marginais à cachoeira aparece especificada na área entre Petrolândia (Jatobá) e Piranhas (Floriano). Por outro lado, abordando as atividades escolares, cita-se a atuação de curso de artesanato para mulheres, que pode ser ilustrado pelo concurso de elegância com concessão de prêmios para as operárias, sendo apresentados vestidos confeccionados por elas próprias, utilizando tecidos nacionais.

Completando esse recorte sobre o conjunto arquitetônico da vila, lê-

se em outro autor: “Seu núcleo operário de Pedra, modelo na América do Sul, ainda hoje espanta o visitante que em plena caatinga encontra uma cidade de ruas calçadas, luz elétrica, água encanada e casas higiênicas, enfileiradas num bloco concreto, com seus brancos telhados alvejantes ao luminoso sol do sertão alagoano. É a cidade ideal de Delmiro Gouveia, uma homenagem da geografia, que hoje leva seu glorioso e querido nome”. Segue uma referência a artigo de Paulo Duarte sobre a obra precursora da industrialização no Nordeste, e a dois textos de Mauro Motta: “A Estrela da Pedra: Delmiro Gouveia, civilizador de terras, águas e gentes” e “Paisagens das secas”. Após comentar alguns antecedentes no Recife (como o Centro do Mercado no Dérbi e a vida social em Apipucos, onde o industrial residiu temporariamente na atual Rua de Dois Irmãos, no. 92), o cronista indica a circulação de um outro jornal, o *Correio do Povo*, entre a população local, e afirma a respeito da atitude do patronato: “Governava sem constituição. Presidia sem estatutos. Impunha sem lei. Tudo em nome de sua razão em função do bem comum. Não promulgou legislação trabalhista, nem sindical, pois não era preciso: Delmiro Gouveia era a autoridade, era a lei” (Machado de Sousa, 1964, p. 117).

“A localidade compreendia o parque industrial, separado por cercas de arame farpado, e a “cidade-livre”, o povoado velho, o prédio da estação ferroviária, perto da qual ficava o chalé, a última moradia do pioneiro, que nele pernoitava com serviços de confiança” (Martins, 1979, p. 145).

No entanto — uma vez considerados esses edifícios e espaços, como os chalés, a igreja e o prédio da fábrica, que complementam e integram o núcleo da vila —, o conjunto habitacional propriamente dito, dos trabalhadores, tipifica a idéia do *continuum*, da predominância da função coletiva, algo bem expresso pelos avarandados, verdadeiros corredores ao longo dessa passagem comum a todas elas, vindo só mais tarde a ser dividida em compartimentos até certo ponto individualizados com a introdução de muretas laterais, assim como à beira da calçada, onde também são inseridos pequenos portões nos intervalos entre as colunas de semelhança toscana, estas conforme um dos modelos usualmente adotados nas varandas da casa senhorial, de engenho, da época colonial, agora transpostas para servir como estrutura e emblema de fachada da residência proletária. O acréscimo de novos elementos ao projeto básico

coincide com a aquisição da casa pelo trabalhador, um aspecto que merecia ser revisto com mais vagar e cujo processo já se encontrava difundido na década de 1970, quando, por outro lado, já se percebe abandono de algumas unidades, telhados, colunas até começando a ruir, no tempo. A planta-baixa da casa-tipo, ao articular cômodos de pequenas dimensões, conserva a disposição tradicional do corredor, curto no caso, mas obtido, como na morada colonial urbana, junto a uma das paredes laterais que separam a unidade das casas contíguas, vizinhas. Os dois pequenos quartos de dormir dão para o corredor, por sua vez ligando a sala da frente à área posterior. O quintal, estreito, termina com uma outra dependência no limite do terreno.

Conservada pela prefeitura municipal local, uma planta-baixa da cidade de Delmiro Gouveia na década de 1940 atesta o considerável extravazamento do núcleo original da vila operária, que passa a integrar uma área urbana bastante maior, cuja expansão segue um novo ritmo, mais espontâneo, seguindo o alinhamento de artérias irregulares. O conjunto original da vila, no entanto, àquela época, continua sendo aquele que oferece maior impacto, talvez pelo caráter ordenado de sua estrutura, cuja representação gráfica na planta dos anos 40 proporciona uma compreensão imediata do plano fabril e seu relativo vulto. O mesmo impacto, porém, repete-se mais de três décadas depois, não propriamente diante de um outro documento cartográfico, mas quando a realidade material da cidade expandida, sua qualidade de arquitetura e possíveis soluções urbanísticas parecem aquém da experiência anterior e contrastando com a sua solidez. Também posteriormente, um muro foi construído, separando o edifício da fábrica e a vila, um muro branco que se avista ao fundo das principais vias de circulação. Ao centro de um terreno meio descampado, próximo ao casario, encontra-se a capela neogótica consagrada a Nossa Senhora do Rosário, sendo suas linhas uma ilustração do modelo bastante popularizado no interior do Brasil, alcançando desde a pretensão de rebuscadas "basílicas" às mais singelas simplificações e reduções da mera forma ogival. Por outro lado, como foi visto, a composição do casario inclui algumas casas de maior porte do que o das demais, destinadas à moradia de funcionários encarregados da fiscalização do *ambiente* daquele setor. Ocupando certas esquinas — como se vê em frente ao muro da fábrica, no final dos anos 70 —, essas casas se valem de posição estratégica, propícia à função de guardiãs da comunidade, função

que vem a ser desempenhada pelo morador. Nesse sentido, conforme expressa uma experiência análoga, “a vila operária garante e simboliza a manutenção e imobilização da força de trabalho” (Rocha Lima FUNDAJ, 1984, p. 127) ao mesmo tempo em que concretiza a hierarquização da mesma força de trabalho no âmbito da moradia.

O interesse relativamente recente da antropologia, no Brasil, em caracterizar a estrutura ocupacional e a complexidade da situação envolvida nessa forma específica de moradia — aqui incluindo o uso e eventualmente a posse da casa —, enfim, essa área temática explorada em diversas dissertações universitárias, costuma recair sobre o conceito de habitação como forma de controle da força de trabalho e da vida doméstica do trabalhador. Tal enfoque, dado tanto por pesquisadores de antropologia, quanto de história social, como é o caso de José Ricardo Ramalho ao estudar uma grande fábrica de motores no Rio de Janeiro, não raro parte de referências às teses de Eva A. Elay e José Sérgio Leite Lopes sobre o assunto, nas décadas de 70 e 80. Dedicando um capítulo ao tema, em seu livro sobre a Fábrica Nacional de Motores, J. R. Ramalho aponta os dois momentos que demonstram a formação de uma “disciplina militar” para o trabalho industrial: a fase dos acampamentos da “instituição total”, durante a construção da fábrica; e a fase seguinte, das vilas operárias, que coincide com a sociedade anônima. Título curioso (de autores não identificados, em 1982) tem o artigo “Casas e fábrica: o trabalho fabril a domicílio”. De uma maneira mais ampla, porém, os estudos sobre a industrialização e os sobre as condições de vida dos grupos de baixa renda têm acompanhado as mudanças socioeconômicas decorrentes da implantação do capitalismo desde o século XVIII, e sobretudo no século XIX. A chamada escola do patronato chega a contar com uma bibliografia especializada nos países mais desenvolvidos europeus, enquanto que o aspecto da arquitetura e do urbanismo, dentro da história social, merece a atenção de pesquisadores especializados, como foi o caso da equipe em Milão que estudou San Leucio, uma cidade operária do século XVIII na Lombardia, Itália.

Ao se pretender focalizar um caso de fábrica com vila operária, deve-se considerar uma questão fundamental imediatamente posta em jogo, e que visa à investigação da situação relativamente complexa de uma forma específica de moradia, nem sempre envolvendo relação de posse, mas de uso da casa pela família do trabalhador

ou de trabalhadores, durante um período não raro significativo de sua existência, nela vindo a repercutir de uma maneira efetiva. Como foi visto, aspectos da divisão do trabalho e da hierarquização profissional dos operários deixam-se refletir na distribuição e ocupação dos espaços arquitetônicos de moradia e em sua disposição dentro do conjunto urbano que essa moradia integra. De um ponto de vista mais amplo, o tipo de episódio estudado pertence a uma estrutura de relações, envolvendo elementos, tais como: produção fabril, moradia e cidade; atividades comerciais e consumo interno; promoção e administração de atividades socioculturais, educacionais, religiosas e recreativas pela direção da fábrica ou por representantes diretos da mesma. Este último item tende a aproximar-se da formação de serviços do "governo local de fato", conforme foi encontrar na Fábrica de Tecidos Paulista, em Pernambuco, o autor da citada tese (Leite Lopes, 1988, p. 21). No campo das atividades comerciais, inclui-se, por exemplo, a organização de uma feira, controlada pela fábrica, às vezes empenhada em isentar os feiristas de impostos, e cujos acordos, nem sempre estáveis, com o município aparecem documentados numa matéria do *Correio da Pedra* a ser transcrita na seção final deste trabalho. A influência, por sua vez, que o modelo geral de vila operária vai exercer sobre a sociedade como um todo refletem-se em nível do Estado quando este se apropria da idéia de vila operária, relacionando-a a outros setores profissionais como uma maneira de identificar a implantação de seus respectivos conjuntos habitacionais.

Do mesmo modo, antecipa iniciativas similares do Estado a criação da infra-estrutura local ao lado do fornecimento de bens de consumo coletivo, sobretudo quando isto ocorre em tecelagens de grande porte. Incluem-se aqui, no contexto do final do século XIX e começo do século XX, no Brasil, as pioneiras experiências sindicais, a delimitação de horários para as jornadas de trabalho e as exigências para a especialização da mão-de-obra na indústria. A esse elenco de dados e suas implicações na vida da comunidade, vincula-se a chamada ação civilizatória, educacional — não diria exatamente catequética — da população operária. Além de contar com a eventual atuação de delegados ou representantes institucionais da fábrica, o projeto civilizatório da comunidade tem como protagonista direto a figura do patrão, tomando para si o papel de educador que visita pessoalmente o ambiente privado da casa de um trabalhador, e se

não o faz corriqueiramente é capaz de fazê-lo, inesperado, a título de exigir, insistindo numa tônica obsessiva, o cumprimento de normas, de hábitos de higiene, asseio, trato doméstico e pessoal, além do bom comportamento, da assiduidade ao trabalho e a reprodução de todo um ideário patriótico, pautado de conteúdos de um suposto, sensível aprimoramento cultural e espiritual, haja vista os valores religiosos, como também literários, difundidos entre o grupo. A construção de vila operária em usinas de açúcar, indústrias têxteis, metalurgias, fábricas de motores e automóveis corresponde ao incremento da economia regional, uma vez consumado o lento, gradual processo de abolição da escravidão. Nesse sentido, o padrão mais geral de fábrica com vila operária não pode deixar de pertencer ao quadro de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, uma transição que assistiu a capítulos dramáticos como foi o das colônias de parceira pelas Casas de café em São Paulo, aqui tentando preencher a necessidade de mão-de-obra maciça para a viabilização de uma cultura agrícola árdua e extensiva, como é a do café desde a abertura dos terrenos, através de grandes levas de imigrantes, italianos, japoneses, alemães, que no Brasil desembarcaram, iludidos com a possibilidade de aqui fazer "um pé de meia" e melhorar suas condições de vida. Justamente a questão da moradia do trabalhador, ligada à necessidade de manutenção da força de trabalho, vem a ser a questão ora em pauta, sob novo cunho e nova forma de organização de grupos sociais, após a desagregação das senzalas e seu impacto mais imediato, deixando em descoberto a situação dos homens livres de uma sociedade fundada na acentuada estratificação social e econômica. O jornal, hoje tomado como fonte documental de uma pesquisa possível, foi o veículo de comunicação que cristalizou discursos e conteúdos a influírem no delinear de um modo de viver a que se adapta, com seus limites palpáveis, uma população de ex-camponeses, na maioria, e indivíduos provenientes de camadas de baixa renda em geral. De acordo com sua cronologia, o jornal vem a cobrir a fase de implantação do projeto propriamente dito, a fase da vigência de sua maior unidade sob uma forma de organização dirigida, atenta à implementação, quando não incorporação de todas as ações e iniciativas que possam consubstanciar na prática os seus objetivos.

O produto concreto de uma pesquisa do *Correio da Pedra*, conforme sugere a proposta de se realizar um fichário temático de suas matérias, poderia consistir na elaboração de uma antologia dos textos

originais, selecionados, por vezes interrompidos a partir de um critério objetivo, que vise à concentração e à continuidade do conteúdo social em questão, mas sempre transcritos fielmente e organizado cronologicamente, dentro de cada segmento temático, como forma de exposição documental. Um desses temas, ora apresentado como ponto de partida, e para o qual convergem vários outros — tais como o comércio, o lazer, instrução, vida pública, atividade militar — diz respeito ao quadro urbano, sua definição enquanto paisagem, seu crescimento, características de construção, tipo de ocupação e de utilização pela comunidade. Assim, às descrições anteriores, fornecidas pelos historiadores e cronistas de época, os registros do jornal local acrescentam uma espécie de observação direta da realidade, no tempo e no espaço em que se converte, essa leitura da paisagem urbana, em discurso oferecido à população. Há nessa breve mostragem antológica um dado cunho de revelação repentina, de *flash* ou imagem captada instantaneamente, seja fragmentária mas indicadora de um aspecto ainda inédito dentro da visão mais estática do conjunto, seja conduzindo a novos espaços e perspectivas até então encobertas, e desse modo desdobrando o olhar do leitor-visitante da cidade. Nesse sentido, a visão do espaço incorpora a narrativa, isto é, ganha movimento, chega a introduzir subsídios de uma evolução urbana local, muito embora não esteja na instância temporal, em si mesma patente, o centro do interesse sempre que se desvenda um novo detalhe do mundo físico e humano por trás de um novo discurso ou nova polêmica, que, ao se consumir, descobre um pequeno cenário de vida, quase anônima em sua singela especificidade, pouco a pouco configurada como num desenho inconcluso.

12 de março de 1922, p. 1:

"A 55 km de Piranhas fica a vila da Pedra, ponto mais próximo da Cachoeira de Paulo Afonso.

Nesta vila, em pleno sertão, existe uma importante fábrica de linha, que aproveita energia da cachoeira, de propriedade dos Srs. Iona e Cia. (...) A fábrica da Pedra, primorosamente instalada, possui 300 casas de operários com todos os requisitos de uma vida sadia. Farta iluminação elétrica, boa água potável, instalações sanitárias servem uma população de 5.000 habitantes.

(...) A cachoeira e a fábrica, duas maravilhas que se completam,

uma natural e outra criação do homem, são duas admirações erguidas em pleno sertão quase inóspito. A vila por três estradas de rodagem se comunica com a cachoeira, com Garanhuns em Pernambuco e com Quebrângulo em Alagoas, facilitando assim a comunicação entre estes três pontos (...)"

(transcrição de "O grande criador". Boletim no. 1, dirigido por Euzébio Paulo de Oliveira. Ministério da Agricultura, publicação então recente sem indicação de data.)

18 de maio de 1924, p. 1:

"Uma digressão na tarde do último domingo pela vila deu-nos a surpresa de ver como, dia a dia, a Pedra se desenvolve, aumenta e cresce a sua população.

De meses para cá as construções tomaram um grande impulso. Por trás da Rua do Progresso, sobressai agora despontando a Rua do ABC; e uma outra rua de boas casas, a que chamamos de Rua Nova, e que eu aconselharia o batismo de Rua da Independência.

Os terrenos baldios ao norte da Rua da Palha, confinando com o antigo curral, estão tomados de pequenas habitações em forma de "chalet", dando um aspecto pitoresco ao local. Abaixo a Rua do Jardim, no largo onde está localizado o chafariz, surge agora outra praça que em pouco tempo será de agradável perspectiva. Já estão ali construídos, com simples mas elegantes fachadas em perfeito alinhamento, seis casas que quase fecham todos os lados da praça, que bem poderia chamar-se de Praça 10 de outubro.

No desvio depois da Ponta da Estrada de Ferro de Paulo Afonso, construções se avultam em animadora atividade.

É de ver que nem todas estas casas obedecem em suas construções às belezas arquitetônicas, mas o número exagerado delas dá bem a idéia da intervenção impulsionante que agora agita a Vila da Pedra.

Deve-se tudo isso à Fábrica de Linhas da Cia. Agro Fabril Mercantil; aos negócios da firma Iona e Cia.; ao comércio de peles da Rossbach Brasil Co.; ou, em verdade, ao aproveitamento das forças da Cachoeira de Paulo Afonso, que mais tarde não será mais, como hoje, a movimentadora apenas da fábrica de linhas."

31 de agosto de 1924, p. 2:

“Quem quer que visite a Vila da Pedra terá a impressão mais sugestiva que os humanos possam experimentar. Não é que o braço humano fizesse ali a tenda estupenda de um trabalho estupendo, mas é a ordem irrepreensível que a tudo preside dentro da microcidade delmirana.

(...)

Pelo lado social nada há que invejar. O comércio é o mais honesto e desenvolvido possível, isto “dentro do arame”, como lá se diz.

Fora do ciclo da Pedra ou, por outra, “fora do arame”, há uma grande casa comercial de valor, que é a Martins Cavalcanti e Cia.

As outras são casas secundárias. Conforme sabemos, o ativo e distinto moço Otacílio Batista acha de dotar a vila de um admirável centro de diversões, o que vem ainda mais comprovar o grande desenvolvimento da Pedra. (...)”

(transcrição de *O Lutador*, jornal em Penedo, Alagoas, 21 de julho de 1924. A matéria faz referência ao recém-fundado Grêmio Literário Adolfo Santos e à “fecundidade jornalística de J. Roberto, que é o alicerce do *Correio da Pedra*, o exemplo da imprensa sertaneja”.)

28 de junho de 1925, p. 1:

“... Ao serem avistados os holofotes dos carros em que viajavam, um verdadeiro frêmito apoderou-se de todos, que se agitavam em demanda ao “Arco do Triunfo” à espera do digníssimo Governador do Estado. (...) Ao passar sua Exa. pelo “Arco do Triunfo”, foi queimada uma salva de 21 tiros, enquanto a Filarmônica executava o Hino Nacional.

... Também o Tiro 636, sob o comando do sargento João Brandão, prestou-lhe homenagem idêntica.

A vila achava-se feericamente iluminada e artisticamente engalanada graças aos esforços dos srs. Noé Gouveia, João de Sousa, Dr. Emigliano (...)”

(Reportagem sobre a visita do Governador de Alagoas, Costa Rego, à Pedra).

19 de julho de 1925, p. 1:

"... a agência do correio funcionou sempre no perímetro da vila operária da fábrica de linhas, como no mesmo perímetro e em edifício contíguo funciona o telégrafo nacional. Para assim ser comprometeu-se a Cia. Agro Fabril Mercantil, quer para uma, quer para outra repartição, a fornecer casa e luz e, para o correio, mais o mobiliário respectivo. (...) O motivo da mudança deve-se a aumento do aluguel da casa ocupada pelo agente do correio, como sua residência, aluguel cobrado pela companhia."

(A propósito da transferência da "agência, há sete anos localizada em ponto conveniente, para outra afastada com prejuízo do público, isto é que não é lógico (...))"

2 de agosto de 1925, p. 2:

"Melhoramentos da Pedra

Nota-se grande entusiasmo da parte dos atuais dirigentes de Pedra, bem como dos empregados operários, por igual, em face das várias reformas, umas apenas iniciadas, mas concluídas outras, nos serviços internos da Fábrica, que da mesma e de 10% sobre a produção, sem modificação alguma no horário de trabalho ou no pessoal.

Os serviços externos de construção de muros da Vila Operária em franco andamento, e é de esperar-se que até fins de setembro toda a vila esteja murada.

A Companhia está também cercando terrenos de sua propriedade para imediato aproveitamento na cultura do algodão, que já foi iniciada em escala considerável por trinta homens. Trata-se de uma experiência inicial que, se bem-sucedida, deverá estender-se às terras de plantio e caatingas da Empresa.

Organizou-se também esta semana mais uma escola no Cassino com frequência de vinte meninos de seis anos para cima, "arrancados" de suas casas pela atual gerência.

Estamos informados de que ainda este ano Pedra será dotada de um possante aparelho rádio-telefônico, receptor e transmissor, que o porá em comunicação direta e rápida com Recife, Maceió, Rio e os outros centros civilizados. — O sertão marcha! ..."

8 de novembro de 1925, p. 1:

"A Cia. Agro Fabril Mercantil e o Município de Água Branca.

Explicações necessárias:

Na ânsia de desenvolver a lavoura deste município e o comércio local, a Cia. Agro Fabril Mercantil, tendo à frente o seu saudoso Delmiro Gouveia, arrematou pela importância de dez contos de réis os impostos da feira e da porta aberta que o município devia cobrar aqui, durante dez anos e nunca os cobrou, nem do matuto nem do comerciante.

Este ato da Agro Fabril muito concorreu para o desenvolvimento da feira por ela criada e do comércio pedrense e são os seus empregados da Fábrica de Linhas, seus operários e seus trabalhadores de campo, quem mais contribuem para que uma e outra cada dia mais aumentem e prosperem.

Até bem pouco tempo, a feira se manteve dentro da vila operária, em lugar um pouco ladeiroso e baixo, de modo que em dias de chuva as águas formando correntes embaraçavam a colocação das mercadorias, e foi para acabar com esse grande inconveniente e por ter irrompido a peste bubônica nos arredores de Água Branca e Paulo Afonso, de onde vem grande parte dos gêneros de que ela se compõe, acautelando os interesses dos feireiros e como medida de higiene, resolveu transferi-la para lugar mais alto, mais amplo, mais plano, mais bonito, mais afastado do centro operário, e arborizado. No entanto, esse simples ato de previdência e de boa administração, digno de aplauso e apoio de toda a população, logrou ser encarado, por meia dúzia de pensadores de águas turvas, com evidente manifestação de má vontade dela para com os comerciantes que negociavam em sua proximidade.

Tão ridícula e inepta maneira de julgar um ato de tanta relevância, por emprestar-lhe um fim tão pequenino, mesquinho e injustificável, não só mereceu o desprezo da Agro Fabril, que jamais supôs pudessem existir homens de responsabilidade que a apoiassem. Infelizmente os fatos se encarregaram de desfazer o engano.

Devendo findar-se no dia 9 do corrente o contrato supra-referido, a Companhia cogitou de reformá-lo, para o que se prontificou a dar ao município os mesmos dez contos de réis pelo direito à cobrança

dos referidos impostos municipais durante outros dez anos, mas para novamente conceder, aos que trouxessem mercadorias para a feira e aos comerciantes, isenção de impostos municipais. O município não aceitou a proposta, declarando que lhe faria a concessão pedida se ela lhe obrigasse a instalar luz elétrica em Água Branca e transferisse a feira para o local primitivo. Verificando a Companhia ser-lhe necessário fazer-lhe despesa com aquele serviço e manutenção dos empregados durante o tempo do contrato, superiores a cem contos, respondeu, como não podia deixar de fazê-lo, negativamente. Cordata e desejosa de manter com os dirigentes do município a melhor cordialidade, procurou-os novamente para um acordo, propondo-lhes a conservação da feira no local em que se acha, e comprometendo-se a construir pequenas casas comerciais em derredor, para os comerciantes que quisessem comercializar perto delas nos dias respectivos, cobrando o município os impostos de direito. Responderam-lhe que reformariam o contrato se ela entrasse com a importância, para os cofres do município, de quarenta e cinco contos e se comprometesse a fazer a feira voltar a funcionar no local primitivo.

A essa exigência irritante e injustificada, por demonstrar tão só o crédito dado pelos que a faziam, ao fim imbecil, emprestado por alguns ao ato da Companhia transferindo a feira para o local onde está, fácil é de ver que ela não poderia submeter-se sem queda da sua dignidade.

Em vista disso, o município resolveu retirar a feira para fora do recinto pertencente à Companhia e esta está a construir um barracão, onde seus operários pelo preço da feira poderão adquirir todos os gêneros de primeira necessidade.

(...)

Se houver em Pedra ou em qualquer outra parte, criatura tão filantrópica que seja capaz de dar a esse município os quarenta e cinco contos de réis que ele pede e não cobrar os impostos de direito, a Companhia dispõe-se a prestar-lhe todo auxílio, porque todos quanto concorram para o progresso desta terra, merecem o melhor acatamento.

A Companhia assim se expressa, por ser preciso frisar bem que ela jamais recebeu de alguém um vintém sequer dos impostos cobrados.

Consciente de sua missão e responsabilidade, tendo criado a Pedra e a bem dizer de seus próprios interesses, querendo engrandecê-la cada vez mais, a Companhia compreende de quanto necessita para a realização de seus fins, de viver em completa comunhão de idéias com a população local e principalmente com os poderes públicos, quer municipais, quer estaduais, quer federais.

Ela precisa de paz e quer em paz viver e trabalhar; todo o seu maior interesse, com seus vastos capitais aqui empregados, está mesmo em não haver motivo para desvio de sua atenção dos negócios de sua empresa para outros de caráter diferente e principalmente para os que tentam perturbar-lhe a diretriz que a si mesma traçou. (...)

Ela quer estar em boa amizade com os administradores do município, com eles trabalhar para seu maior desenvolvimento moral e material, auxiliando-se mutuamente com a compreensão mútua e perfeita que gera a confiança recíproca, de que sempre assim o progresso do município não sofrerá solução de continuidade. (...)"

27 de dezembro de 1925, p. 1:

"A Pedra no fim de 1925.

... A sua fundação data de 1912; foi por esse tempo que Delmiro deu início à derrubada das árvores, queima e construção das casas, deixando ao morrer prontas as seguintes ruas que constituem a Vila Operária:

7 de setembro,
13 de março,
Rui Barbosa,
Rio Branco,
Florian Peixoto,
15 de novembro,
José de Alencar,

com total de 254 casas, sendo 246 pequenas e 8 grandes. Dispersas dentro da vila, contam-se 3 casas grandes, um armazém, e um grande prédio em construção, um quartel, uma garagem, 2 lavanderias e uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, construída sob desenho do distinto Dr. Luigi Borela e cujo estilo, simples e belo, tem merecido elogios de todos os visitantes.

Fora da Vila Operária, existem as seguintes ruas: do Progresso, do ABC, da Travessa, da Independência, do Jardim, do Desvio, do Mulunga, do Fogo e outras menores, ainda sem denominação.

A população é de 5.000 almas.

O comércio, que é regularmente desenvolvido, conta dentro da vila operária 4 bem montados estabelecimentos de fazendas, ferragens, miudezas, etc. Uma farmácia, 2 mercearias e uma padaria; e, fora, 6 estabelecimentos de fazendas, miudezas e ferragens, 4 de molhados, estivas, etc. Uma farmácia, 2 padarias, e 2 hotéis, montados conforme as exigências do meio.

A indústria é representada pela grande fábrica de linhas, fábrica de gelo, lito-tipografia e marcenaria, todas pertencentes à Cia. Agro Fabril Mercantil.

A feira é uma das melhores do interior do Estado, pela quantidade e variedade das mercadorias nela expostas à venda.

- Vias de comunicação conta a Pedra:

A via férrea de Paulo Afonso, boas estradas de rodagem, que ligam a sede do município a municípios vizinhos, cidade de Quebrângulo neste Estado e à cidade de Garanhuns e Vila Rio Branco no Estado de Pernambuco e às linhas telegráficas de Paulo Afonso e nacionais.

- A instrução na Pedra:

A instrução é ministrada às crianças por 5 escolas primárias, mantidas pela Cia. Agro Fabril Mercantil e subvencionadas pelo Governo do Estado, sendo obrigatória a frequência para os filhos dos operários.

Dos alunos nelas matriculados, prestaram exames de 16 a 20 de novembro passado 92, sendo 27 do sexo masculino e 65 do feminino.

Caracteriza a vida social da Pedra um Cassino onde há danças quase semanalmente, um cinema da Cia. A. F. M., que funciona aos domingos e a cujas sessões, gratuitas, assiste a população. A Filarmônica Pedrense e a Sociedade Indústria e B. dos A. do Comércio, o Tiro de Guerra 636 e a Comissão Regional dos Escoteiros n. 5, todas estas associações com sede dentro da Vila

O estado de salubridade é magnífico.

O médico da Cia. Agro Fabril, o ilustre facultativo Dr. Seixas de Barros, com direito a clínica particular.

Dentistas tem a Pedra o Dr. Martins Primo com um bem montado gabinete e o próprio farmacêutico José Missano, encarregado também dos serviços da farmácia da Cia. Agro Fabril."

Referências Bibliográficas

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1989.

BLAY, Eva A. "Dormitórios e vilas operárias: o trabalhador no espaço urbano brasileiro". In: VALADARES, Lícia (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

_____. "Vilas operárias". Livre docência em Sociologia Urbana. Universidade de São Paulo, 1980, 440 pp.

BOURDIEU, Pierre. *Travail et Travailleurs en Algérie*. Paris, La Haye Mouton, 1963.

_____. "Les Modes de Domination". *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*. Paris, n. 2-3. Juin 1976p. 88-104.

_____. "Espace Social et Genèse de Classes". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, n. 52-54. Juin, 1984.

FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Palo, Global Editora, 1982.

LIMA JÚNIOR, Félix. *Delmiro Gouveia, o Mauá do sertão alagoano*. Departamento Estadual de Cultura, Maceió, 1963.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade dos chaminés*. São Paulo, Editora Marco Zero e Editora da Universidade de Brasília/MCT/CNPq, 1988.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa Ômega, 1975.

- MARTINS, F. Magalhães. *Delmiro Gouveia pioneiro e nacionalista*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1963.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *Delmiro Gouveia: desenvolvimento com impulso de preservação ambiental*. Recife, Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco/Fundação Joaquim Nabuco/Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, Editora Massangana, 1993.
- MENEZES, Olympio de. *Itinerário de Delmiro Gouveia*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/Ministério da Educação e Cultura, 1963.
- MOTTA, Roberto. "Sistematização do referencial da pesquisa". "Família, trabalho e renda". In: *Estratégias de sobrevivência em comunidades operárias de baixa renda (renda, complementação de renda e estratégias de sobrevivência em comunidade de baixa-renda do Recife)*. Relatório mimeografado inédito. Recife, Departamento de Antropologia da Fundação Joaquim Nabuco/CNPq, 1984, p. 11-55 e p. 66-85.
- RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.
- ROCHA, Tadeu. *Delmiro Gouveia: o pioneiro de Paulo Afonso*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970. 1a. edição: Maceió, Departamento de Educação e Cultura, 1963.
- ROCHA LIMA, Janirza C. da. "Nota introdutória". "Considerações metodológicas". "Organização e estratégias familiares de sobrevivência". "Imobilização e manutenção da força de trabalho pela moradia" (em colaboração com Agnes Aldéa). In: *Estratégias de sobrevivência em comunidade operária de baixa-renda (renda, complementação de renda, e estratégias de sobrevivência em comunidade operária de baixa-renda no Recife)*. Recife, Departamento de Antropologia da Fundação Joaquim Nabuco/CNPq, 1984, p. 7-10, p. 56-65, p. 110-132 e p. 133-144.
- SOUSA, Machado de. *Vida de Delmiro Gouveia*. Recife, Editora e Revista Flos Carmeli, Convento do Carmo, 1964.

Correio e vila operária da Pedra: o patronato e a ideologia do trab. com uma exp. comunitária

Periódico: *Correio da Pedra*. Pedra, Alagoas, 1918-1930. Coleção do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Maceió.

Agradecimento: Maria José Soares. Graduada em História pela Universidade Federal de Alagoas.